

A PERSPECTIVA DE DEMOCRACIA DURANTE A INTERVENÇÃO MILITAR NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA REVISTA A DEFESA NACIONAL (1961-1964)

ÁUREO LUIZ DA ROCHA¹; DANIEL DE MENDONÇA²

¹Universidade Federal de Pelotas – aureodarocha@yahoo.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – ddmendonca@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os militares atualmente embora a pouca representatividade na política brasileira, constituem-se em atores importantes na esfera do poder, devido a fatores como: as prerrogativas ainda existentes¹, como bem observa ZAVERUCHA (1994;2000), o prestígio considerável que gozam junto à população brasileira,² e até mesmo por sua atuação em todo o território nacional, onde muitas vezes acabam sendo os únicos “braços” do Estado nos mais diversos rincões do país, abrangendo não somente a sua finalidade constitucional de garantia da lei e da ordem interna.

Partindo de uma “visão de mundo”, norteadas pela crise a qual vivia o estado brasileiro no início dos anos 60, principalmente, no que tange aspectos políticos, econômicos e culturais, onde as influências externas e antagonismos internos provocaram uma fissura que afetou a própria instituição militar. Examinar a visão dos militares (no caso o exército), em relação ao que pensavam sobre o regime democrático, bem como a ameaça representada pela “subversão” e pela “infiltração comunista” no país, levou-os a intervir na esfera do poder se configurando em um objeto de análise importante dentro da Ciência Política.

A pesquisa se propõe a abordar o período de 1961 a 1964, tendo como objetivo analisar a perspectivas dos militares a cerca da democracia, bem como a lógica de ação política desenvolvida durante o período que antecedeu e culminou com o intervencionismo militar, utilizando como objeto empírico a revista A Defesa Nacional.

O problema implicado em relação à participação do exército no período de instabilidade política do início dos anos 60, nos permite a reavaliar as perspectivas, desta instituição e tentar responder a pergunta que orienta esta pesquisa: Qual foi o sentido dos princípios democráticos que capitanearam o projeto político de estado defendido pelas elites militares do exército entre 1961-1964 no Brasil, expressos na revista A Defesa Nacional?

2. METODOLOGIA

O aspecto que torna tão original quanto complexa a pesquisa é a vinculação que se procura estabelecer entre fenômenos estruturais (as características específicas da Instituição Militar) e conjunturais (contexto político que ocorre a intervenção militar). Desta forma, destacam Bourdieu; Chamboredon

¹ A Constituição Federal de 1988 ainda manteve várias prerrogativas específicas da profissão militar tais como: regime estatutário específico, sistema previdenciário exclusivo, serviço militar obrigatório, fórum especial para julgamento dos crimes praticados por militares, subordinação das polícias militares dos estados como Força Auxiliar do Exército e responsáveis pela garantia dos poderes constitucionais e da Lei e da Ordem Interna.

² Vários Institutos de Pesquisa (centros de pesquisas ou instituições superiores) tem apontado o alto índice de confiabilidade/credibilidade que as Forças Armadas tem obtido junto a população brasileira em relação as demais instituições. Ver em: <http://montedo.blogspot.com.br/2012/02/pesquisa-fgv.html> e <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/forcas-armadas-ocupam-a-2-posicao-na-confianca-dos-brasileiros-diz-pesquisa-20111024.html>.

e Passeron (2010, p. 19) que os “procedimentos que instauram o rigor surgem como respostas a perguntas que não sabemos formular *a priori*, que somente o desenvolvimento da ciência faz emergir”. Portanto, a metodologia que vem sendo utilizada foi através da análise de conteúdo. Esse método pressupõe que um texto que contém “sentidos e significados, patentes ou ocultos, que podem ser apreendidos pelo leitor que interpreta a mensagem contida nele por meio de técnicas sistemáticas apropriadas” (CHIZZOTTI, 2006, p. 113).

Dessa forma, para responder o problema deste trabalho no sentido de corroborar ou negar as hipóteses levantadas, a pesquisa está sendo sistematizada da seguinte forma: 1) Leitura de textos relacionados ao tema; 2) Seleção/organização do periódico A Defesa Nacional referentes ao período; 3) Análise de documentos referentes ao período; e 4) Cruzamento e análise dos dados obtidos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O período que se inicia entre 1961 e 1964, com a tomada do poder pelos militares parece se constituir em uma esfinge que propõe enigmas como aponta Coelho (1990), dentro de enigmas que uma vez decifrados, revelarão a chave para a compreensão da história e dos acontecimentos políticos mais recentes do país. Portanto, a politização da instituição militar também desnuda a sua “paisanização”, despindo-a de seu caráter estritamente profissional, catalizadora dos interesses coletivos gerais e de sua responsabilidade como ente armado garantidor da soberania nacional, tanto interna como externamente.

No período em que a pesquisa se propõe a analisar a intervenção militar diferente de outros períodos (1889 e 1930) se torna mais relevante, pois efetivamente os militares exercerão a hegemonia do poder político, fundamentados em um espectro ideológico liberal conservador, autoritário, porém e insistentemente defendido sob uma aura definida como democrática. Essa visão, formulada em princípios democráticos elitistas é que sustentou a perspectiva militar, em particular no período pós-2ª Guerra Mundial. Assim, suas elites pensantes fundamentarão seu projeto de ação política nos mais diversos campos da sociedade brasileira.

Propõe-se então, buscar elementos que sirvam para interpretar as lógicas que nortearam a ação castrense no período citado. Levando em consideração as relações entre as elites militares e civis como as observadas nos trabalhos de Huntington (1996), bem como os dissensos que envolveram a própria instituição, mas que produziram um modelo de dominação, tutela e burocratização do estado extremamente bem elaborado e fundamentado, que reproduz seus reflexos até hoje na sociedade brasileira.

A pesquisa reacende os debates envolvendo a profissionalização e a politização em particular do Exército conforme podemos constatar nos trabalhos de Faoro (2001), Carvalho (2006) e Castro (1995), que levou a criar mecanismos de expressão de ideias/pensamento. Exemplo disso é o fato que, em 1913, jovens oficiais fundaram a revista A Defesa Nacional, mantendo suas edições até hoje publicadas pela Biblioteca do Exército Editora, funcionando como um canal de discussão dos ideais da instituição em relação ao próprio exército e sua participação no cenário político.

A intervenção/intervencionismo militar ocorrida em 1964 marca um importante momento na sociedade brasileira e por outro lado causa enormes contradições dentro do próprio exército.

Cabe ressaltar, como destaca Villa (2014) que no período republicano o

ativismo político dos militares foi intenso, cabendo destacar que no pré-64, o Exército foi o “grande cérebro” do modelo político brasileiro, inclusive candidatos militares³ em iguais condições aos civis concorreram ao executivo nacional sempre como portadores de um discurso de austeridade, reformismo, virtuosidade nacionalista e acima de tudo em defesa da ordem democrática.

Portanto, a pesquisa mesmo em sua fase inicial ao analisar a bibliografia, os documentos e as edições da revista A Defesa Nacional, tem percebido que no período entre 1961 e 1964, ocorreu uma forte tensão endógena dentro das Forças Armadas alicerçada em uma crise política e econômica nacional de grandes dimensões capaz de corroer os pilares basilares da instituição militar – a hierarquia e a disciplina, bem como comprometer a coesão e as instituições de forma irreparável. Na visão dos militares a democracia estaria subjugada a um modelo comunista não condizente com a formação história e social do país.

4. CONCLUSÕES

As pesquisas que enfocaram/enfocam o tema sobre a intervenção militar ocorrida em 1964 tem apresentado em sua grande maioria a instituição militar, em particular, o Exército ora como um mero representante do modelo capitalista, ora como uma espécie de agente moderador durante o período de crises políticas, onde a elite política civil recorre e se utiliza das Forças Armadas para a sua manutenção no poder. Porém, além da ação propriamente dita, as concepções acerca de um pensamento gestado na própria instituição militar acaba sendo menosprezado e tratado de forma irrelevante.

Assim, esse debate na Ciência Política se apresenta como relevante por tratar com originalidade e com outra perspectiva um tema que vem ocupando os debates acadêmicos, apresentando um modelo analítico diferenciado em relação aos trabalhos que vem sendo produzidos no âmbito da academia até de forma exaustiva, porém, questões importantes dentre as quais as relações entre civis e militares, a elaboração de um pensamento militar, as percepções e antagonismos sobre o papel institucional desempenhado pelas Forças Armadas na arena política nacional bem como suas formulações e ações a cerca do regime democrático vêm sendo negligenciadas, o que demonstra a importância que circunda a pesquisa.

A análise da produção cultural e doutrinária no âmbito do Exército através de revistas se constituem em objetos importantes para a investigação. A pesquisa ao utilizar elementos empíricos inéditos comprova a sua viabilidade. Portanto, o trabalho vem a preencher uma lacuna nos estudos sobre o papel das instituições militares e sua forma de pensar em relação a sua participação no cenário político nacional, e, em especial em períodos de contingência e intervencionismo, onde os militares mesmo após terem deixado a condução política do país continuam exercendo forte influência na vida nacional, comprovado através da manutenção de suas prerrogativas diferenciadas em relação aos civis conforme consta no texto constitucional de 1988.

³ Além da eleição do Marechal Eurico Gaspar Dutra em 1946, Eduardo Gomes, Cordeiro de Farias e Henrique Teixeira Lott respectivamente tiveram seus nome lançados como candidatos á presidência da república, porém sem obter sucesso.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

BOURDIEU, Pierre; CHAMBEREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de Sociólogo**: Metodologia da pesquisa na sociologia. 7. ed. Traduzido por Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na 1ª República: o poder desestabilizador (cap. I). In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira** (Tomo III: o Brasil Republicano - v. 9): sociedade e instituições (1889-1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1995.

_____. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca da identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo: Editora Globo, 2001.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado**: teoria política nas relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996. (Coleção General Benício).

VIANA, Oliveira. **O ocaso do império**. v. 26 Brasília-DF: Senado Federal, 2006.

ZAVERUCHA, Jorge. **Rumor de sabres**: tutela militar ou controle civil? São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Frágil democracia**: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura á brasileira (1964-1965)**: a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: Leya.

Documentos eletrônicos

Acessado em 24 jul. 14: Online. Disponível em:
<http://montedo.blogspot.com.br/2012/02/pesquisa-fgv.html>

Acessado em 24 jul. 14: Online. <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/forcas-armadas-ocupam-a-2-posicao-na-confianca-dos-brasileiros-diz-pesquisa-024.html>.